

Até 15 de março o País conclui pacote do débito

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, declarou, ontem, que o Brasil tem até 15 de março para concluir as negociações em torno de um "pacote" da dívida externa, que envolve as linhas de financiamento de curto prazo para o comércio exterior brasileiro e de capital de giro para os bancos sediados em praças estrangeiras e as amortizações do principal da dívida que venceu em 1985 e que vencerá no decorrer de 1986.

Bracher disse desconhecer notícia de que uma comissão de banqueiros estaria a caminho do Brasil para verificar de perto a situação do País. "Para monitoramento da nossa economia (a comissão) não virá; se daqui para mais tarde se necessitar da vinda de alguma missão, será possível, mas por enquanto nada"; afirmou o presidente do BC.

Ele disse ainda que com o Comitê de Assessoramento dos Bancos, em Nova York, ficou acertado no final da semana passada que os vencimentos de 1985 deverão ser transformados em contratos de longo prazo, com sete anos para pagar e cinco de carência (os cinco já estão incluídos nos sete), e as amortizações que vencerão este ano serão depositadas em uma conta bloqueada no Banco Central, em nome dos banqueiros. Sobre os créditos de curto prazo, relativos aos financiamentos comerciais e interbancários, Bracher informou que estes serão prorrogados por mais um ano, a partir de 15 de março próximo (estes créditos venceram na última sexta-feira, dia 17). Já no que diz respeito às amortizações do principal da dívida externa, o presidente do BC acrescentou que ficou acertado

com o Comitê de Assessoramento que, na hipótese de o Brasil pedir, em 1986, um acordo plurianual, a parte vencida no ano passado será incluída "numa negociação mais abrangente, mais longa, com prazos maiores".

"É provável que, no ano que vem, nos coloquemos de acordo com os nossos credores para, em vez de negociar por dois anos, negociar por um prazo mais dilatado." Bracher não quis adiantar os prazos que o Brasil vai pleitear neste acordo plurianual, frisando que tudo vai depender do mercado na época. "Certamente os prazos serão maiores que os atuais", tranquilizou. Nestas conversações, o presidente do BC solicitará a redução dos spreads (taxas de risco), e, para tanto, ele assegurou que já existe um compromisso formal dos banqueiros para essa redução, o que será acertado até 15 de março. Disse que, quando for assinado o acordo, a nova taxa vigorará retroativamente em 1º de janeiro de 1985.

Bracher negou que o Brasil esteja em situação pior que o México, que durante o refinanciamento de sua dívida — concluído em 1983 — obteve spreads médios de 1,125%, enquanto o País paga taxas superiores a 2%. "Ocorre que o México — explicou —, quando fez o reescalonamento dele, o fez na época em que se julgava que o petróleo era a fonte de todos os bens. Os preços do petróleo vieram a se deteriorar e a situação se modificou para o México." Bracher completou dizendo que, pela primeira vez, "temos horizonte mais amplo de acertos com os credores externos" do Brasil e, em consequência, voltou-se "a uma situação de normalidade".